

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

“Casa de Epitácio Pessoa”

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA

Divisão de Assistência
Comissões Permanentes

Aprovado

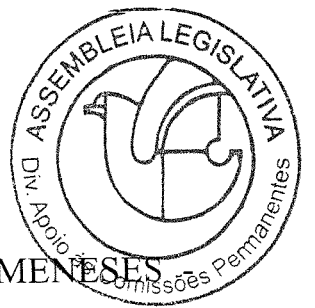
Presidente

ATA DA 18ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª.
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA
29 DE OUTUBRO DE 2024.

Às nove horas do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário José Mariz, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado João Gonçalves (vice-presidente da Comissão e presidente em exercício), realizou-se a 18ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Estiveram presentes à reunião, além do presidente, os seguintes membros: os deputados Wallber Virgolino, Jutay Meneses e as deputadas Camila Toscano e Sílvia Benjamin. Ausentes os deputados Chico Mendes, Eduardo Carneiro e Felipe Leitão. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano", o senhor presidente declarou aberta a reunião e convidou o deputado Wallber Virgolino para secretariar os trabalhos, concedendo-lhe a palavra para que fosse lido o ato de convocação, publicado oficialmente no dia 29 de outubro de 2024 (DPL - DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO - terça-feira, 29 de outubro de 2024), e lida a ata da 17ª reunião ordinária da CCJR, ocorrida no dia 17 de setembro de 2024. Ato contínuo, o presidente retomou a palavra e colocou a ata em discussão e

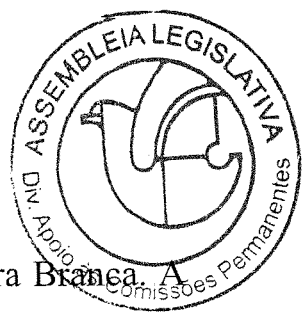


votação, ocasião em que ela foi aprovada sem restrições, sem discussões e por unanimidade. Após tais procedimentos, repassou-se a palavra ao deputado secretário, que procedeu à leitura dos itens em pauta: item A – MATÉRIAS PREJUDICADAS EM CONFORMIDADE COM O ART. 163, DA RESOLUÇÃO 1.578/2012 (REGIMENTO INTERNO). Na ocasião, para fins de registro em ata, o secretário procedeu à leitura das seguintes matérias: PLO nº. 2049/2024 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Dispõe sobre a preferência de vagas para irmãos no mesmo estabelecimento de ensino público. Matéria Prejudicada pela Lei 11.327/2019; PLO nº. 2054/2024 - DA DEPUTADA JANE PANTA - Dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Pedófilos no Estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pela Lei 11.586/2019; PLO nº. 2258/2024 – DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Institui a “Semana Estadual de Conscientização sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD)”, a insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado, e dá providências correlatas. PLO nº. 2083/2024 - DO DEPUTADO GILBERTINHO - Dispõe sobre a inclusão do ensino de Direito Constitucional na grade curricular da Rede Pública de Ensino do Estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pelo Projeto de Lei nº 1282/2023; PLO nº. 2084/2024 - DO DEPUTADO SARGENTO NETO - Institui a Campanha Maio Laranja no Âmbito no Estado da Paraíba, destinada a Promoção de Ações de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, e dá outras Providências. Matéria Prejudicada pela Lei 7.745/2005; PLO nº. 2088/2024 - DA DEPUTADA DR PAULA - Dispõe sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica ou familiar pelo Sistema Nacional de Emprego Paraíba e a criação de mecanismos destinados a estimular a oferta de vagas de emprego, por empresas prestadoras de serviços contratadas pelo Governo Estadual da Paraíba, a mulheres vítimas de violência doméstica e dá outras providências. Matéria Prejudicada pela Lei 8.391/2007. Item B – MATÉRIAS QUE DISPENSAM DELIBERAÇÃO DO



PLENÁRIO: PLO nº. 2397/2024 – DO DEPUTADO JUTAY MENESES

Reconhece como de utilidade pública estadual a colônia de pescadores e aquicultores Z-29 – Luiz Ferreira Município de Belém do Brejo do Cruz/PB. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2514/2024 - DO DEPUTADO TANILSON SOARES - Reconhece de Utilidade Pública a "AGÊNCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOÃO PESSOA – INOVATEC/JP" e adota outras providências. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2606/2024 – DO DEPUTADO TOVAR CORREIA - Fica reconhecida de utilidade pública, a "associação são domingos sávio", localizada no município de campina grande-pb e dá outras providências. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2665/2024 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Reconhece a Associação LOVE TOGETHER BRASIL como Instituição de utilidade pública. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2795/2024 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Reconhece de Utilidade Pública da Cooperativa Agroindustrial da Agricultura



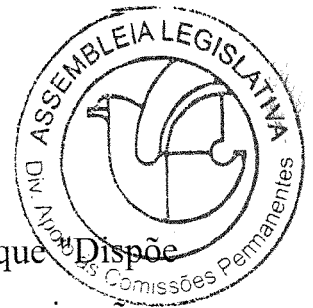
Familiar do Cariri Paraibano - AGRFIFASB, no município de Serra Branca. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2808/2024 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Reconhece de Utilidade Pública da Associação dos Apicultores e Meliponicultures do Município de São José dos Cordeiros - AAME-SJC. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2813/2024 - DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO - Reconhece de Utilidade Pública a Organização Não Governamental Saúde em Diagnóstico Médico por Imagem, localizada no município de Cajazeiras – PB. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2821/2024 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Reconhece de Utilidade Pública da Associação do Desenvolvimento Rural de Pedra Lavrada. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2962/2024 - DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Declara de utilidade pública estadual a associação dos trabalhadores rurais de mata de vara, na cidade de pedras de fogo, no estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que proferiu parecer pela



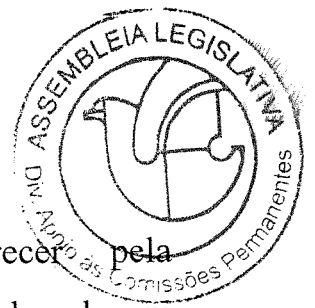
constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2979/2024 - DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Declara de utilidade pública estadual a Associação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras, no município de Pirpirituba, no Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; C – VETOS. Veto nº. 122/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.173/2023 de autoria do Deputado Wilson Filho, que "Dispõe sobre a proibição da suspensão do fornecimento dos serviços essenciais, água, energia elétrica e gás, em instituições de longa permanência para idosos, abrigos de crianças e adolescentes, bem como em centros de recuperação de dependentes químicos, no âmbito do estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela manutenção do veto total. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; veto nº. 123/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 2.765/2021 de autoria do Deputado Chió, que "Institui o Selo "Investimento Verde" no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências". A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que proferiu parecer pela manutenção do veto total. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; veto nº. 124/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei 207/2023 de



autoria do Deputado Wallber Virgolino, que "Institui a Política Estadual de Segurança e Saúde Física e Mental no Trabalho dos Agentes de Segurança Pública, no âmbito do Estado da Paraíba". A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, relatora substituta, que proferiu parecer pela manutenção do veto total. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com voto divergente do deputado Walber Virgolino; veto nº. 125/2024 DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 409/2023 de autoria do Deputado Tovar Correia Lima, que "Institui o atendimento prioritário com identificação visual nas pulseiras de classificação de risco às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em hospitais, maternidades, rede da Atenção Primária à Saúde e estabelecimentos similares da rede pública de saúde do Estado da Paraíba". A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituo, que proferiu parecer pela manutenção do veto total. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com voto divergente do deputado Walber Virgolino; veto nº. 126/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 584/2023 de autoria da Deputada Cida Ramos, que "Cria o Programa de Incentivo à Educação Tecnológica e Digital para a Inclusão Social, com o objetivo de promover o acesso à educação tecnológica e digital de qualidade, visando a inclusão social e o desenvolvimento sustentável no estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela manutenção do veto total. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; veto nº. 127/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade e contrário ao interesse público



ao Projeto de Lei nº 467/2023 de autoria da Deputada Jane Panta, que "Dispõe sobre a criação de um portal para atendimento, informação, comunicação e recebimento de denúncias, às pessoas com deficiência". A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, relatora substituta, que proferiu parecer pela manutenção do veto total. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com voto divergente da deputada Camila Toscano; veto nº. 129/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.428/2023 de autoria do Deputado Jutay Meneses, que "Dispõe sobre a instituição da Semana Estadual da Inclusão Digital da Pessoa Idosa e dá outras providências". A relatoria da matéria foi do deputado João Gonçalves, relator substituto, que proferiu parecer pela manutenção do veto parcial. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com abstenção do deputado Jutay Meneses. Item D - PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA. PLO nº. 1222/2023 – DA DEPUTADA JANE PANTA - Dispõe sobre a obrigatoriedade da exibição de vídeos educativos, para fins de acesso à informação, conscientização, prevenção e combate a violência contra a mulher, na abertura das sessões de cinemas, no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1897/2024 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de corrimão em elevadores acessíveis e adequados para utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo, no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado



Wallber Virgolino, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1900/2024 – DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Fica incluída no calendário oficial de eventos do estado da Paraíba, a "marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia" realizada pelo movimento de Mulheres do Polo da Borborema. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1902/2024 – DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Projeto de Lei que dispõe sobre a proteção da integridade e da dignidade de mulheres contra o uso indevido de inteligência artificial para criar imagens pornográficas sem o consentimento prévio e expresso da parte envolvida, no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com votos divergentes das deputadas Camila Toscano e Sílvia Benjamin; PLO nº. 1957/2024 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do programa de transferência digital automática de veículos na Paraíba dá outras providências. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1970/2024 - DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO - Altera a redação do art. 2º e o § 1º da lei



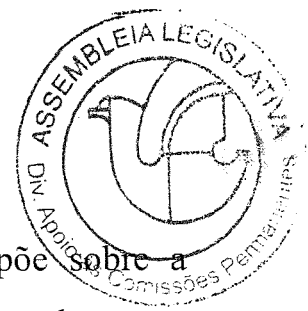
8.958, de 30 de novembro de 2009, para proibir o consumo de cigarros, dispositivos eletrônicos para fumar (DEF) e outros produtos fumígenos, derivados ou não de tabacos em parques e playgrounds e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1996/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Cria o Cadastro Estadual de Monitoramento de Facções Criminosas, no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que falou o deputado Wallber Virgolino, que parabenizou o autor, defendeu a matéria, expôs os motivos da defesa, pediu subscrição ao projeto e manifestou-se contrário ao parecer da relatora; não houve mais quem quisesse discutir e o parecer foi colocado em votação. O parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria foi rejeitado pelos votos deputados Wallber Virgolino, Jutay Meneses e João Gonçalves, e a abstenção da deputada Camila Toscano. Lavrou-se parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com relatoria do deputado Wallber Virgolino; PLO nº. 1999/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de exames médicos a cada 12 (doze) meses, para utilização das piscinas de uso coletivo em clubes, academias e afins no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com voto divergente do deputado João Gonçalves; PLO nº. 2006/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Institui a Política Estadual de Prevenção ao



Afogamento Infantil, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2010/2024 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGULINO - Dispõe sobre a criação do Banco de Dados Estadual de Vitimização, Suicídio e Doenças Psicológicas dos Profissionais de Segurança Pública e Defesa Social, além de estabelecer a diretriz para a inclusão na grade curricular de formação e qualificação das instituições integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública, disciplinas voltadas ao aprimoramento da abordagem policial tecnicamente adequada e inclusiva às pessoas com deficiência. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com votos divergentes dos deputados Wallber Virgolino e Camila Toscano; PLO nº. 2011/2024 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Institui as diretrizes para a Criação do Relatório e Diagnóstico Socioeconômico Anual da Mulher, no âmbito do Estado da Paraíba, como um instrumento para subsidiar políticas públicas e dá outras providências. Adiado a pedido da relatora; PLO nº. 2017/2024 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Dispõe sobre a proibição do uso de materiais didáticos exclusivamente digitais no ensino fundamental, no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda supressiva. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2018/2024 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Institui a Política Estadual



de Combate às Fraudes Virtuais e aos Delitos Cibernéticos no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda supressiva. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2022/2024 - DO DEPUTADO TANILSON SOARES - Projeto de Lei que Institui o Conselho Estadual de Proteção e Bem Estar Animal no Estado da Paraíba e dá outras providências. Retirado de pauta; PLO nº. 2026/2024 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Declara o Município de São José dos Cordeiros “Capital Estadual do Mel”, no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2027/2024 - DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Declara o Município de Coxixola, no âmbito do Estado da Paraíba, Pequena Notável Cidade. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2028/2024 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave no âmbito do Sistema Único de Saúde Estadual. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº.



2029/2024 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Dispõe sobre a política de apoio e tratamento das pessoas diagnosticadas com câncer durante a gravidez e puerpério no âmbito do estado de Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2031/2024 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Estabelece diretrizes para a identificação precoce da leucemia no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2032/2024 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Institui a Política Estadual de Diagnóstico e Tratamento do Câncer em Bebês Intrauterinos no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2033/2024 - DO DEPUTADO TARCISIO JARDIM - Fica denominado de Maria de Fátima Pinto de Sá Pires o Hospital da Mulher do Sertão, localizado no município de Sousa, neste Estado. Adiado a pedido do Relator. PLO nº. 2034/2024 - DO DEPUTADO ANDERSON MONTEIRO - Dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Homicidas de Agentes de Segurança Pública e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em



votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2035/2024

DEPUTADO ANDERSON MONTEIRO - Tipifica a depredação a monumentos históricos e culturais como infração administrativa com imposição de multa. A relatoria da matéria foi do deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº.

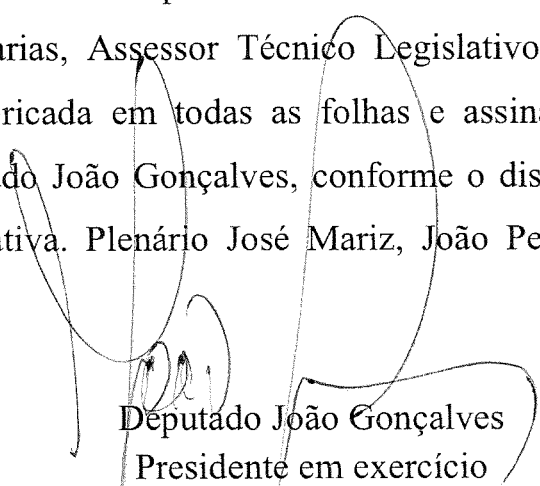
2036/2024 - DO DEPUTADO ANDERSON MONTEIRO - Torna obrigatória a apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais para profissionais que atuem em espaços clínicos que atendam crianças e adolescentes. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº.

2037/2024 - DO DEPUTADO TOVAR - Institui a Política Estadual de Incentivo à Transição Energética. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº.

2061/2024 – DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Estabelece, no âmbito do Estado da Paraíba, a distância mínima para instalação de aerogeradores de energia eólica em relação a edificações de uso público, coletivo e privado. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com apresentação de emendas modificativa e supressiva. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2100/2024 – DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES -



Institui a Campanha Régis Feitosa pela conscientização e diagnóstico da Síndrome de LiFraumeni, no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2177/2024 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Altera a Lei n.º 9.336, de 31 de janeiro de 2011, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas no Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado Jutay Meneses, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2180/2024 - DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO – Institui a política de saúde reprodutiva da mulher, prevenção e diagnóstico precoce de doenças ginecológicas, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Fim das matérias e das apreciações. Não havendo mais nada a ser deliberado, o presidente deu por encerrada a reunião. Lavrou a ata o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo presidente em exercício, o deputado João Gonçalves, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Plenário José Mariz, João Pessoa, 29 de outubro de 2024.


Deputado João Gonçalves
Presidente em exercício